

## RESENHAS

**CURY, Marília Xavier (org.). 2016. *Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Estadual de São Paulo. 169 pp.**

AMANDA VILLA PEREIRA

A despeito dos exímios profissionais que encontramos no ramo da museologia no Brasil, o estímulo à participação popular nos museus espalhados ao longo do país é ínfimo. Em geral, a parcela mais substancial de sua frequência parece estar atrelada às excursões escolares – passeios de caráter pedagógico e recreativo que buscam reforçar o conhecimento ensinado em sala de aula. Infelizmente, porém, as análises do panorama nacional não apontam uma maior difusão do conhecimento resguardado nos museus, mas, como indica José Ribamar Bessa Freire em seu artigo contido neste livro, há indícios de que o preconceito em relação aos povos indígenas esteja crescendo em conjunto com o aumento da escolaridade. A exclusão dos povos indígenas da organização do ensino de sua história, etnografia e filosofia, opondo o que, segundo o artigo de Niminon Suzel Pinheiro, exige o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), é possivelmente um dos principais fatores de fomento a essa hostilidade. No entanto, esta obra nos apresenta os caminhos que os espaços reservados à salvaguarda da materialidade percorrem atualmente, em busca de horizontalizar as relações entre instituições e povos indígenas e, assim, promover novos referenciais a partir de uma mútua construção do conhecimento.

Fruto do *III Encontro Paulista de Questões Indígenas e Museus*, e, concomitantemente, do *IV Seminário Museus, Identidades e Patrimônio Cultural*, esta obra organizada pela museóloga e educadora Marília Xavier Cury foi concebida na cidade de Tupã-SP entre os meses de abril e maio de 2014, e publicada em 2016 através da Secretaria da Cultura paulista, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) e da Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari). Trata-se, assim, de um livro que reúne 14 artigos apresentados quando daquela data, suscitando a reunião de 16 autores que versam sobre os rumos educativos do museu em seu papel social e antropológico. Através de autores que evocam seu pertencimento indígena, e outros, predominantes, museólogos experientes, são apresentados os debates mais recentes acerca da relação da humanidade com seu legado, garantida pela instituição museística. Trançam ao longo de todo o conjunto da obra os fios que regem a emergente questão da coparticipação e criação de museus indígenas por parte de seus próprios sujeitos centrais – outrora restritos a integrarem-se às peças expostas.

O conjunto dos textos apresenta, em diversos momentos, questionamentos e críticas pelos quais passam os museus após a Segunda Guerra Mundial, e, novamente, do final dos anos 60 até a década de 80, quando tem início, segundo Cury e Bessa, uma “descoberta dos museus pelos índios” em vista de respaldar a luta pela demarcação de terras, para a preservação e o reconhecimento de sua cultura aos olhos da sociedade nacional. O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuêre foi sede do evento e tem destaque por seu porte e gestão museal, por sua coleção de artefatos indígenas e pela história do território onde se localiza – como bem nos lembra Cury, cenário de criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Uma importante exposição histórica e contemporânea do museu é feita no primeiro artigo, por Tamimi David Rayes Borsatto, necessária para que mais pessoas – pesquisadores ou não – tomem conhecimento do local. Na mesma chave, Renata Vieira da Motta e Davidson Panis Kaseker trazem informações úteis das diretrizes e regras de funcionamento dos museus paulistas de um ponto de vista institucional, em que os Centros de Referência ocupam papel fundamental na articulação de pesquisa, produção e disseminação de informação.

A museologia valoriza a preservação da memória, mas também as relações estabelecidas entre as sociedades e os processos que constituíram os acervos indígenas, como nos lembra o artigo de Maria Cristina Oliveira Bruno. Eis o eixo que poderia ser elencado como central do conjunto da obra: uma linha traçada desde as origens dos museus indígenas às suas releituras e configurações mais atuais. Nesse sentido, Freire parte de uma capciosa pergunta a respeito da relação entre os museus e a educação para nos remeter aos discursos excludentes que permeiam a nação desde o momento da invasão colonial. As narrativas dominantes, ao prenderem tradições vivas em um papel de *primitivas* por não seguirem o paradigma ocidental, fazem com que “os costumes e tradições, mesmo sendo adequados para a sobrevivência, [deixem] de ser adequados para a sobrevivência, de ser adequados como estratégia de futuro, porque são ou estão [presos] no passado” (Jorge Terena [1997], citado por Freire). Para que os museus continuem vivos, parafraseio Bruno Latour (2007, *idem*), eles devem estabelecer conexões com as comunidades que produziram os objetos, de modo que as comunidades e as instituições sejam beneficiadas – nesse sentido, o artigo de Laércio Fidelis Dias é exemplo de interseção entre conhecimentos, especificamente no campo da etiologia.

De acordo com as reformulações propostas, o objeto deixa de ser encarado como um objeto meramente utilitário, ou “coisa”, e passa a ser um objeto “signo”, agora representativo. A antropóloga argentina Maria Marta Reza sugere, em seu artigo, que tal mudança deve acontecer segundo cada sociedade e época particular, garantindo um manejo democrático e ético do patrimônio. Ao construir as coleções contando com a relação entre os povos indígenas e as instituições *ocidentais*, aponta o artigo de Fabíola Andréa Silva, ocorre uma ressemantização dos bens, especialmente de origem *ocidental*, a partir das formas e princípios culturais próprios desses povos. Por vezes a relação travada surte um efeito animador para ambos os lados, como o artigo de Silva nos mostra, em que há uma reinserção cultural dos objetos entre os Asurini do Xingu, e o desejo em voltar a produzi-los com o esmero de outrora – como um reencontro com os costumes de seus antepassados, desapropriados de seu cotidiano pela opressora força colonial. A autorreflexão proporcionada pelas novas relações travadas acarreta, em algumas situações, em que a total reconfiguração da materialidade exposta retire de exibição restos mor-

tais que tenham sido apropriados pelo domínio da autoridade científica. Em seu artigo, Reça destaca as questões do consentimento e da conformidade com as normas, os interesses e as crenças dos corpos mumificados, especialmente os de origem americana, que são peças do Museu La Plata, na Argentina, e levaram a uma completa remodelação da sala de antropologia biológica.

Por vezes mesmo a religião cristã se mantém conectada à ciência, destoando do caráter inconciliável comumente conferido entre ambas, em uma aparente busca por organizar, definir e mesmo hierarquizar os campos e agentes sociais legitimados para manipular tais categorias. Nesse sentido, o artigo de Aramis Luis Silva evidencia três museus salesianos na América do Sul e o respaldo científico que aparece em sua organização, com o intuito de confirmar em outras bases o projeto religioso. No Brasil, destaca-se o trabalho do Museu das Culturas Dom Bosco, na cidade de Campo Grande-MS, em que, segundo Silva, uma herança do trabalho científico missionário cumpre com “a falsa promessa da transparência entre a representação e aquilo que se objetiva representar”. Com base nos novos conceitos museísticos, as instituições salesianas hoje buscam uma relação com os povos de quem falam em sua exibição, mas Silva critica uma repetida ação generalizante mesmo nessa busca, que não determina de quem especificamente se está falando. Em nome do “sagrado”, uma suposta universalidade estaria presente não apenas teologicamente validada, mas também cientificamente ilustrada.

O trabalho que Betty Mindlin relata em seu artigo, por sua vez, apresenta mais uma forma de devolver a voz e um pouco de autonomia aos povos autóctones. Em uma luta contra as circunstâncias adversas, a autora advoga pela manutenção das narrativas orais através da escrita, especialmente nas línguas indígenas, de modo que haja um acervo denso para ser passado através de gerações. A ferramenta que antes serviu para dominar e tomar as terras dos povos orais passa então a ser aliada da autogestão e da oposição à exploração econômica. Ainda que, como bem destaca o artigo de Adriana de Oliveira Silva, Josué Carvalho e Rodrigo Ludwig, há outros importantes tipos de registro para além da escrita, o aceitamento de uma nova percepção na literatura, a literatura indígena, é, para além de uma grande contribuição no cenário da literatura em geral, importante “motor gerador e formador da memória coletiva, identidade étnica e sentimento de pertença” (Silva, Carvalho, Ludwig). O trabalho de inserção de indígenas na curadoria dos museus, assim como na arte literária, é parte do processo inevitável de assumi-los no tempo atual ao qual pertencem, especialmente quando pensamos em indígenas que mantêm contato com a sociedade envolvente há longa data. Josué Carvalho, em seu artigo, ressalta que neste processo não se trata de uma prestação de contas, mas “apenas de estar interligado ao seu tempo e preocupado com a disseminação de conhecimento”.

O conjunto dos artigos é uma importante contribuição no que diz respeito às construções “em primeira pessoa, uma representação dos povos indígenas sobre eles próprios” (Alexandre Oliveira Gomes, em seu artigo). A autorrepresentação aparece enquanto parte das mobilizações políticas desses povos, em uma busca por recontar a história a partir de um olhar que subverte a apologia do colonizador. Nessas produções coletivas, o aprendizado acontece desde o momento em que a comunidade é acionada “em torno de um objetivo comum: [podendo] escolher os objetos mais significativos para a história da etnia, para a musealização” (Suzenaldo da Silva Santos, em seu artigo), para que as futuras gerações disponham da história contada em primeira pessoa. A exemplo da atuação acadêmica da antropologia,

que estuda as organizações sociais sem abrir mão de constantemente repensar os efeitos e metodologias de sua produção, documentos governamentais como este livro colaboram na divulgação e no fomento dos debates e transformações a respeito do papel que os povos indígenas têm conquistado para si, além de apresentar, também aos não-indígenas, a ética e os paradigmas atuais na organização e exposição de saberes indígenas.

*Amanda Villa Pereira é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).*

RECEBIDA EM: 20/02/2017

APROVADA EM: 12/05/2017